

05 DEZ 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Aumento nas custas judiciais fica para 2013

**José Lazaro Jr.**  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - O aumento nas despesas processuais, aprovado ontem pelos desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, vai ficar para 2013. É que para entrar em vigor o reajuste precisa de aprovação dos deputados estaduais, o que implica em análise das comissões da Assembleia Legislativa (AL) e discussão em plenário. "Um projeto como este não pode ser votado no afogadilho. Seriam necessários pelo menos seis meses para se estudar este tema", decretou ontem o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), que chamou o pacote de "presente de grego".

O aumento recebeu diversas manifestações contrárias dos deputados estaduais, apesar do anteprojeto sequer ter sido enviado para a AL. Os políticos utilizaram a tribuna para adiantar seu posicionamento sobre a matéria. "Não dá mais para dar aumento de imposto no Paraná.

Mandam os projetos para cá e quem leva o carimbo na paleta são os deputados", reclamou Douglas Fabrício (PPS), que sugeriu aos parlamentares um abaixo-assinado "preventivo", indicando a reprovação da matéria. Da mesma forma, a divisão paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil disse estar disposta a questionar futuros aumentos na Justiça, como foi feito em 2010.

Diferente do que foi realizado há dois anos, quando todas as taxas subiram cerca de 30%, desta vez cada custo judicial foi alterado isoladamente, levando a aumentos superiores a 100%, no caso das matrículas imobiliárias, que passam de R\$ 9,48 pra R\$ 22, e acima de 1.000%, por exemplo, no reconhecimento de firma de pessoa jurídica, que salta de R\$ 3 para R\$ 75. "Um aumento razoável seria aceitável, sim, mas uma distorção deste tamanho não tem como concordar", declarou Nelson Luersen (PDT). Rossoni

disse que, mesmo com a realização de sessões extraordinárias para limpar a pauta de projetos deste ano, provavelmente a análise das despesas processuais ficará para 2013.



**Valdir Rossoni, presidente da AL: "Um projeto como este não pode ser votado no afogadilho"**

**Custas**

**MAZZA**

Em plena vigência do Portal da Transparência, o TJ aprovou aumento das custas judiciais em sessão secreta, embora com a decisão apertada de 13 a 9 dos 25 integrantes do Órgão Especial, dos quais houve três ausências. O pior é que o Legislativo é extremamente permeável às demandas cartoriais, pois a classe dos serventuários está lá representada. A OAB vai ter trabalho duplo.

**05 DEZ 2012**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **INFORME**

#### **Recorrendo**

O advogado Osvaldo Evangelista de Macedo, autor de ação popular que condenou o ex-prefeito de Londrina Luiz Eduardo Cheida (PMDB) e a empresa Transportes Coletivos Grande Londrina a devolver recursos recebidos indevidamente em 1995 e 1996, conforme sentença da 2ª Vara da Fazenda Pública, recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Ele alega que a condenação deveria incluir também o município e que a irregularidade não estava apenas na "reserva técnica" incluída na planilha, mas também na taxa de gerenciamento. Macedo, que tem escritório em Curitiba, foi deputado estadual e federal por Londrina e participou da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a Constituição de 1988.

### **INFORME**

#### **No afogadilho**

Beto Richa conseguiu que os deputados estaduais aprovassem regime de urgência para o projeto do governo que muda o plano de custeio da Paraná Previdência, instituição responsável pelo pagamento dos inativos do serviço público estadual. O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), tentou impedir a manobra mas foi vencido por 19 a 10 na votação em plenário. Ele considera que a Assembleia Legislativa do Paraná não tem condições de "debater profundamente" o tema faltando menos de três semanas para o recesso parlamentar. Veneri pedirá vista da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que pode ter reunião extraordinária já nesta quarta-feira.

## **AGENDA**

### **Magistratura**

**Londrina** – Até 1 de fevereiro de 2013 esta abertas as matrículas para o 25º curso de preparação à Magistratura do Núcleo de Londrina, que está oferecendo 60 vagas. As aulas terão início no dia 18 de fevereiro, no Fórum de Londrina e no Centro de Estudos Sociais Aplicados (Cesa) da UEL, no período noturno. Informações pelo fone (43) 3372-3123 ou 3342-1891, ou no site: [www.emap.com.br](http://www.emap.com.br)

# 05 DEZ 2012

## FOLHA DE LONDRINA INFORME

### **Dirceu em Curitiba**

O ex-ministro Chefe da Casa Civil no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva José Dirceu (PT-SP), condenado a mais de dez anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por causa de seu envolvimento no caso do mensalão, mostrou otimismo ao falar, pela primeira vez no Paraná, sobre uma possível absolvição no caso. Dirceu discursou durante 40 minutos para uma plateia de 150 pessoas na noite de segunda-feira, em um auditório do Sindicato dos Bancários de Curitiba, na capital paranaense, em um evento promovido por grupos ligados ao partido.

### **Contra mídia e Judiciário**

O ex-ministro criticou duramente a mídia e o Judiciário que o julgou. No final, garantiu que a "a absolvição está nos autos" e "a verdade está do nosso lado", ao reafirmar a tese de que não houve provas para sua condenação. Mesmo assim, ao se despedir, fez menção à sua provável ida para a cadeia. "Não vou abaixar a cabeça, não vou aceitar provocação. Vou continuar lutando em qualquer circunstância. Se eu estiver em regime fechado, como está hoje estabelecido pela sentença que já foi dada, meu caso já terminou, é verdade. Lá dentro eu vou continuar lutando, vocês podem ter certeza."

### **Aplaudido de pé**

Dirceu chegou ao auditório por uma entrada lateral e evitou falar com a imprensa. Aplaudido de pé em sua chegada, ele foi interrompido mais três vezes por aplausos enquanto discursava. O petista explicou o andamento do processo e disse estar presenciando o "ovo da serpente". "O Poder começa a se deslocar para o outro lado da praça, onde estão o Judiciário e os grupos de comunicação", fazendo alusão a um movimento que, segundo ele, tenta desestruturar os "avanços" do governo.

05 DEZ 2012  
METRO



### **Processo eletrônico no TJ**

O Tribunal de Justiça do Paraná recebeu ontem, e já distribuiu, o primeiro processo totalmente eletrônico. Ele foi encaminhado para a 12ª Câmara Cível do TJ.

05 DEZ 2012

# METRO

## **Lewandowski pedirá revisão de multa**

Revisor da ação penal do mensalão, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski informou ontem que irá pedir uma reavaliação das multas aplicadas aos 25 condenados. Como a lei penal dá poderes ao juiz definir os valores, Lewandowski entende que o plenário poderá revisá-los, de acordo com o crime cometido.

“Acho que é preciso fazer adequação das multas no sentido das pessoas que estejam na mesma situação tenham as mesmas penas pecuniárias ou prisionais”, sustentou.

O julgamento do mensalão será retomado hoje com a definição dos ministros sobre a perda automática dos mandatos dos deputados condenados: João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT).

O plenário terá que decidir também sobre o pedido de prisão imediata dos condenados feito pelo Ministério Público Federal.

05 DEZ 2012

GAZETA DO POVO  
77 REGISTROS PÚBLICOS

# Rossoni garante que

Rossoni critica TJ  
e descarta votar  
custas neste ano

## Alep não vota

## neste ano o reajuste

## dos cartórios

O deputado Valdir Rossoni, presidente da Alep, disse que precisa de pelo menos seis meses para discutir o reajuste das custas judiciais, proposto pelo Tribunal de Justiça. Rossoni classificou o anteprojeto como "presente de grego".

Presidente da Assembleia diz que votação não pode ocorrer no afogadilho e que é preciso pelo menos seis meses para discutir o assunto

Euclides Lucas Garcia

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) não deve votar neste ano a proposta do Tribunal de Justiça (TJ) que reajusta as custas judiciais e taxas cobradas pelos cartórios extrajudiciais. Ontem, o presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), afirmou que são necessários pelo menos seis meses para debater a matéria. Ele ainda classificou os reajustes como excessivos e pesados. O anteprojeto de lei, que deve chegar ao Legislativo até o fim desta semana, prevê aumento de até 1.125% nas custas a partir de 2013. Se o aumento for votado no ano que vem, no entanto, os novos valores só poderão começar a valer em 2014.

Logo no início da sessão, Rossoni fez críticas à pro-

posta do TJ e deu mostras de que dificilmente a colocará em votação até o fim do ano, como espera o tribunal. Segundo ele, a população não pode pagar por um aumento excessivo, conforme prevê o anteprojeto. "A população não vai receber esse presente de grego no final de ano. Até achei que viria um projeto diminuindo o valor das custas. Mas, infelizmente, está vindo para aumentar", declarou. "Um projeto como esse não pode ser votado no afogadilho. Seriam necessários pelo menos seis meses para se estudar esse tema."

O discurso de Rossoni foi acompanhado por outros deputados, que também criticaram a proposta do TJ. Na avaliação de Nelson Luersen (PDT), os reajustes pedidos pelo tribunal são uma distorção, sobretudo para o setor produtivo, que terá de arcar com custos muito elevados. "É uma afronta ao direito do cidadão, ao contribuinte: Vamos decretar a falência do setor produtivo com isso."

O petista Péricles de Mello destacou que até a Ordem dos Advogados do

Brasil no Paraná (OAB-PR) foi excluída do debate. "Temos de ter tempo para analisar com profundidade todas as partes. Avaliar o que significa esse projeto do ponto de vista popular", disse. Já Douglas Fabrício (PPS) demonstrou preocupação com o ônus político de aprovar o reajuste. "Quem vai levar o carimbo [pela aprovação do projeto], como responsável pelo aumento, é o deputado. E quem está pedindo para aumentar é o Tribunal de Justiça", ressaltou.

**CONTINUA**

05 DEZ 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Entre os reajustes previstos, estão o do reconhecimento de firma para empresas, que passará dos atuais R\$ 3,06 para R\$ 37,50 — o que representa aumento de 1.125%. O preço da certidão de união estável subirá 229,84% — de R\$ 88,83 para R\$ 293. Por sua vez, o registro de emancipação de menor saltará de R\$ 21,15 para R\$ 88,45 — aumento de 318,20%. O último reajuste das custas foi concedido em 2010, quando os valores aumentaram em 34% — depois de ficarem por oito anos sem atualização.

Procurado por telefone, o presidente do TJ, Miguel Kfourri Neto, não foi encontrado para comentar as declarações dos deputados. Na última segunda-feira, o desembargador negou que os reajustes sejam abusivos. “Todos os valores, colocados em patamares, são satisfatórios para a população”, disse em entrevista à RPC TV.

**“A população não vai receber esse presente de grego no final de ano. Até achei que viria um projeto diminuindo o valor das custas. Mas, infelizmente, está vindo para aumentar.”**

**Valdir Rossoni (PSDB)**, presidente da Assembleia.

05 DEZ 2012

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### LEITORES

“Indecente é o termo mais leve para descrever a proposta do TJ para reajuste dos custos dos cartórios.” **David de Carvalho.**

#### **Cartórios 1**

Indecente é o termo mais leve para descrever a proposta do TJ para reajuste dos custos dos cartórios (**Gazeta**, 4/12). O fato é que todo e qualquer cidadão sai dos cartórios com a sensação de ter sido roubado quando percebe o trabalho efetuado e o preço cobrado. Se alguém quisesse e tivesse força para nos defender, deveria obrigar a cobrança por folha impressa e por carimbo batido, nada mais.

**David de Carvalho**

#### **Cartórios 2**

Sobre o novo modelo de tabela das custas dos cartórios extrajudiciais, o serviço de reconhecimento de firma de pessoa jurídica não existe na atual tabela de emolumentos. Cientes dessa dificuldade, a criação deste novo serviço representa uma inovação que traz benefícios e facilidades à população. Em relação à escritura de união estável, o contrato não precisa ser feito por escritura pública, mas aqueles que desejam uma consulta sobre as consequências jurídicas deste tipo de contrato podem contratar um advogado ou fazê-lo no cartório.

**Angelo Volpi Neto**, vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR)

05 DEZ 2012

# GAZETA DO POVO

INFORME PUBLICITÁRIO

## Nova tabela para cartórios adéqua Paraná à legislação brasileira

*Anteprojeto de Lei do TJ-PR reorganiza tabela, incorpora novos serviços e tecnologias na tramitação dos atos*

A Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) reforça que é favorável à criação de uma lei específica de custas e emolumentos para os cartórios extrajudiciais paranaenses que vise não só o atendimento à legislação federal, mas sobretudo atinja seu objetivo maior: a socialização dos emolumentos, corrigindo as distorções decorrentes de mais de 42 anos sem atualização da tabela vigente.

Conforme Anteprojeto de Lei do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), a entidade entende que se faz necessário um novo modelo de regimento, que reorganize a tabela atual e incorpore novos serviços e tecnologias na tramitação dos atos. Cabe ressaltar que a Lei nº 6.149, que rege as custas e emolumentos do Paraná, é de 1970 – anterior, portanto, à Constituição Brasileira, promulgada em 1988, e as transformações sociais decorrentes do seu advento.

A própria Lei Federal nº 10.169, de 2000, determina a reformulação das tabelas para evitar distorções e incorporar de novas tecnologias. A mesma lei também determina que os valores dos emolumentos que constam nas tabelas devem ser expressos em moeda corrente do país, e não em VRC (Valor de Referência de Custas), como acontece atualmente.

### Novos serviços

Com exceção dos novos serviços e casos que fogem do padrão, em sua maioria a nova tabela proposta pelo TJ-PR visa apenas a correção da inflação. Isso objetivou a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos serviços.

A Anoreg-PR esclarece ainda que o serviço de reconhecimento de firma de pessoa jurídica (PJ) não existe na atual tabela de emolumentos, sendo portanto incabível se falar em reajuste do mesmo. Hoje quando uma empresa necessita de um reconhecimento de firma, a única forma de realizar o procedimento é reconhecendo a firma da pessoa física que representa a empresa. Cientes desta dificuldade, a criação deste novo serviço representa uma inovação que traz benefícios e facilidades a população. Esta forma não será obrigatória, a parte poderá optar pelo reconhecimento da física e anexar o contrato social e alterações atualizadas para o destinatário.

Outro esclarecimento que se faz necessário é em relação à escritura de união estável, cujo contrato não precisa ser feito por escritura pública, já que as partes podem procurar um modelo na internet e fazê-lo sem custos por contrato particular. Porém, aqueles que desejam uma consulta sobre as consequências jurídicas deste tipo de contrato, bem como as implicações sucessórias, podem contratar um advogado ou fazê-lo no cartório.

**Cartórios: presentes nos momentos mais importantes da vida do cidadão.**

\*\*\*\*\*  
**ANOREG-PR**  
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná

# 05 DEZ 2012

## GAZETA DO POVO

### BESSA

#### **Togas especiais**

O jurista e presidente da UnjBrasil, Clèmerson Merlin Clève, fará a palestra inaugural do Encontro dos Magistrados dos Juizados Especiais do Paraná, que começa hoje em Foz do Iguaçu e vai até sábado. Professor titular de Direito Constitucional da UFPR, Clève falará sobre "Eficácia dos Direitos Fundamentais". O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado.

05 DEZ 2012

# GAZETA DO POVO

## JUSTIÇA

### **Inscrições para 177 postos no CNJ começam na sexta-feira**

¶ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abre na sexta-feira as inscrições para 177 vagas de nível médio e superior. São 84 vagas para analista judiciário nas áreas judiciária, administrativa e apoio especializado, com oportunidades para profissionais graduados em qualquer área de formação. Já as 93 vagas para técnico judiciário estão divididas entre as áreas administrativa e apoio especializado. Do total de vagas, 11 são reservadas aos candidatos deficientes. A remuneração é de R\$ 6,6 mil para nível superior e R\$ 4 mil para nível médio. As inscrições vão até 4 de janeiro e podem ser feitas pelo [www.cespe.unb.br/concursos/cnj\\_12](http://www.cespe.unb.br/concursos/cnj_12). As taxas são R\$ 100,00 para nível superior e R\$ 60,00 para nível médio. Os candidatos serão selecionados por meio de provas objetivas e provas discursivas, que serão aplicadas em Brasília em 17 de fevereiro.

# GAZETA DO POVO

» IMBRÓGLIO

## Justiça cassa as candidaturas dos dois mais votados de Rio Branco do Sul

A menos de um mês para a posse do novo prefeito, a cidade de Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, se encontra em um enrosco judiciário. O juiz eleitoral do município, Marcelo Teixeira Augusto, cassou na última segunda-feira as candidaturas do prefeito eleito, Cezar Gibran Johnsson (PSC), e também do segundo colocado, Valdemar José Castro (PSDB). Ainda cabe recursos da decisão no Tribunal Regional Eleitoral e no Tribunal Superior Eleitoral. Mas caso sejam mantidas as cassações dos dois candidatos, a cidade poderá passar por uma nova eleição.

### Acusações

O candidato original do PSC era Amauri Johnsson, pai de Cezar Johnsson. Como teve a candidatura indeferida por contas reprovadas no Tribunal de Contas, Amauri foi substituído pelo filho Cezar. Segundo a acusação, no entanto, a campanha de Amauri induziu os eleitores a pensar que não havia substituição. "Ele divulgou pelos carros de som de sua campanha que não havia substituição, que tudo não se passava de um boato. Isso induziu os eleitores a pensar que ele era o candidato e foi considerado fraude pelo juiz", explica o advogado Luiz Fernando Pereira, que representa a campanha de Valdemar Castro, que também teve a candidatura cassada.

05 DEZ 2012

O caso de Castro também envolve Amauri e Cezar Johnsson. Durante a campanha, o tucano teria afirmado que o eleitor de Johnsson teria seu voto anulado. Isso resultou na cassação da sua candidatura.

**Recursos ao TRE e ao TSE ainda podem ser apresentados contra decisões que resultaram na cassação das candidaturas de Cezar Johnsson (PSC) e de Valdemar Castro (PSDB).**

## COLUNA DO LEITOR

### José Dirceu 1

Para os que sempre defenderam o PT como sendo o partido da moralidade, no mínimo é uma falta de bom senso se reunir para defender alguém que foi condenado por corrupção pela mais alta corte de Justiça do país. Os que realmente são corretos devem estar se perguntando se não está na hora de abandonar o barco e procurar um partido que os remeta aos ideais de justiça e moralidade.

**Jorge Costa**

### José Dirceu 2

José Dirceu é tão bonzinho que deveria ser beatificado. Coitadinho! Nunca fez nada de errado. Durante seu período na Casa Civil foi um funcionário exemplar, sempre dando bons exemplos de honestidade. Como pode o STF julgar e condenar esse "benfeitor da humanidade"?

**José Calixto, Cianorte - PR**

### José Dirceu 3

Talvez o julgamento do mensalão não tenha sido injusto, mas foi ingrato. Os ministros que assumiram uma vaga no STF por meio político foram ingratos porque traíram quem os colocou lá.

**Arlindo Vieira dos Santos, Umarama - PR**

05 DEZ 2012

GAZETA DO POVO

# Decisão sobre cassações e prisões imediatas marca último ato do mensalão

Supremo termina nesta semana a análise da Ação Penal 470.

Entendimento dos ministros pode reduzir penas e abrir um novo ponto de discórdia entre Judiciário e Legislativo

Depois de quatro meses com 49 sessões consecutivas de trabalho, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve finalizar entre hoje e amanhã o julgamento do mensalão, a Ação Penal 470. Quatro temas ainda estão pendentes — a possibilidade de revisão das penas, a cassação sumária dos réus em exercício de mandato, a definição da instância judicial que vai executar as punições e, por último, a prisão imediata dos condenados à regime fechado.

Há chance de os últimos ajustes reduzirem algumas penas. Durante os debates sobre as condenações de 25 acusados, ministros mencionaram que havia ligação en-

tre determinados crimes cometidos por eles, o que levaria à redução das punições. A decisão terá impacto direto no regime de cumprimento das penas.

Por enquanto, 13 réus vão precisar cumprir pena em regime fechado em penitenciárias de segurança média ou máxima por terem sido condenados a mais de oito anos de prisão. Outros nove tiveram condenações entre quatro e oito anos e vão cumprir pena em regime semiaberto (podem deixar a prisão durante o dia para trabalhar). Os paranaenses José Borba (ex-deputado pelo PMDB) e Emerson Palmieri (ex-primeiro-secretário do PTB) foram os únicos que tiveram as condenações em regime aberto (até quatro anos de prisão) transformadas em pena de restrição de direitos.

## Deputados

A decisão mais polêmica envolve a perda de mandato dos deputados federais João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT). Os ministros terão de definir, com base na interpretação da Constituição, se eles serão cassados imediatamente ou se vão depender do aval

da Câmara. Nesta semana, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), voltou a defender que a prerrogativa sobre os mandatos é do Poder Legislativo.

Além deles, o ex-presidente do PT José Genoíno também pode ser atingido pela possível decisão do STF. Ele é suplente na Câmara e deve assumir em janeiro a cadeira de Carlinhos Almeida (PT-SP), eleito prefeito de São José dos Campos em outubro. Atual prefeito de Jandaia do Sul (Norte do Paraná), Borba também pode ser cassado antes do encerramento do mandato, que acaba no dia 31 de dezembro.

Sobre a execução das penas, os ministros vão decidir se a tarefa caberá a juízes federais dos estados onde moram os condenados ou ao relator do caso e presidente do STF, Joaquim Barbosa. O responsável pela execução é quem define onde as penas serão cumpridas. Ele também pode estipular casos de progressão dos regimes — do fechado para o semiaberto e do semiaberto para o aberto.

**CONTINUA**

# 05 DEZ 2012

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

Ao final dessas discussões, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, vai apresentar uma petição para a execução imediata de todas as penas, o que inclui as prisões e as multas que somam cerca de R\$ 23 milhões. Segundo ele, se o pedido não for acatado, o cumprimento das punições só deve começar a acontecer a partir de 2014, após a apresentação dos recursos.

Dos 25 condenados, 16 têm direito a recorrer por meio de embargos infringentes por terem somado pelo menos quatro votos favoráveis à absolvição. Na prática, o dispositivo pode reabrir individualmente alguns julgamentos e permitir a participação de ministros recém-nomeados, como Teori Zavascki, que entrou na vaga de Cezar Peluso, e do substituto de Carlos Ayres Britto, que ainda não foi nomeado pela presidente Dilma Rousseff.

### CAIXA DO GOVERNO

#### Devolução de dinheiro público desviado depende de outras ações

Possíveis decisões sobre a devolução de recursos públicos desviados no mensalão, estimados em R\$ 153 milhões pelo ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto, devem ocorrer em novos processos fora do julgamento do caso. O caminho mais comum para tentar a restituição seria por meio de ações de ressarcimento por improbidade administrativa, que poderiam ser públicas. Outra forma de reaver o dinheiro seria por uma ação civil *ex delicto*, que precisaria ser movida pela parte lesada pelos desvios, no caso, a União.

### DECISÕES DERRADEIRAS

O que falta ser definido nas últimas sessões do julgamento do mensalão:

#### Ajuste de penas

Os ministros vão tratar dos últimos detalhes sobre as penas. Joaquim Barbosa já falou que vai rever as penas dos condenados por corrupção passiva. Marco Aurélio sinalizou que vai aplicar a técnica da continuidade delitiva, o que deve reduzir algumas punições.

#### Mandatos

O STF precisa decidir sobre a hipótese de cassação imediata dos três deputados condenados no processo – João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP). Parte dos ministros entende que a condenação é suficiente para a perda do mandato, outra diz que a deci-

são final cabe à Câmara.

#### Execução

Antes da sentença final, é esperada uma decisão sobre quem executará as penas. Há duas possibilidades: a tarefa pode ficar com juízes federais dos estados onde moram os condenados ou com relator do caso e presidente do STF, Joaquim Barbosa. O executor define onde as penas serão cumpridas.

#### Punições imediatas

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, vai apresentar uma petição ao final do julgamento para a execução imediata das penas. Se isso acontecer, 13 dos 25 condenados vão para a cadeia mesmo antes do julgamento de possíveis recursos. Os réus também terão dez dias para pagar as multas.

“Uma ação de ressarcimento vai envolver toda uma nova apuração de responsabilidades”, diz o professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília, Cristiano Paixão. Segundo ele, esses possíveis processos devem tramitar fora do STF. No mês passado, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, declarou que o órgão só vai tentar resgatar os recursos caso isso seja determinado pelo STF. O tribunal, até agora, não se pronunciou sobre a hipótese.

O promotor de Justiça e professor de Direito Penal da UniCuritiba, Fábio André Guaragni, ressalta que a restituição dos recursos desviados pode ocorrer em casos de progres-

são do regime da pena. “O artigo 33 do Código Penal estabelece que a progressão do regime fechado para o semiaberto, por exemplo, só é possível com a reparação do dano causado ou a devolução do produto ilícito praticado”, diz Guaragni.

05 DEZ 2012

# GAZETA DO POVO

PAIXÃO



05 DEZ 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ Assembleia pode barrar aumento das custas

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), admitiu ontem a realização de sessões extraordinárias para limpar a pauta de votações até o final do ano. Mas ressaltou que nenhum projeto será votado às pressas. É o caso do anteprojeto de lei do Tribunal de Justiça que reajusta em até 1.125% as custas judiciais e taxas dos serviços cartorários. “Se confirmado o aumento excessivo, posso afirmar à população que nada será votado no afogadilho, principalmente se houver custos para a população. Existe grande possibilidade de não colocarmos este projeto na pauta este ano”, avisou Rossoni. “Não recebi ainda o projeto, mas podem ter certeza que a população não vai receber este presente de grego no final de ano.”

O deputado Douglas Fabrício (PPS) disse que, se necessário, a Casa pode encabeçar um movimento contrário ao reajuste que, segundo ele, já possui apoio de vários deputados. Para Péricles de Mello (PT), ouvir as entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e aprofundar a discussão sobre o tema é fundamental.

Embora reconhecendo a necessidade de ajustar de valores, ao menos acompanhando os índices da inflação, o deputado Nelson Luersen (PDT) analisou a proposta do TJ como uma distorção. “É uma afronta ao cidadão brasileiro. Um aumento razoável seria aceitável, mas uma distorção deste tamanho não tem como. Vamos decretar a falência do setor produtivo.” O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), também se manifestou contrário ao projeto.

05 DEZ 2012

# TRIBUNA DO PARANÁ

## PM pega 21 anos por morte de juíza

O cabo Sérgio Costa Júnior foi condenado ontem a 21 anos de prisão pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli, em 11 de agosto de 2011, em Niterói, região metropolitana do Rio.

Costa Jr., primeiro dos 11 PMs acusados do crime a ser julgado, teve processo desmembrando porque aceitou colaborar com a Justiça.

Por ter revelado informações que ajudaram a esclarecer o crime, o cabo foi beneficiado pela delação premiada, o que reduziu a pena de homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e para assegurar a impunidade de outros delitos) de 29 para 18 anos.

Os outros três anos da sentença foram por formação de quadrilha armada.

Ele disse que, no dia do crime, seguiu a juíza do Fórum de São Gonçalo até o condomínio em que ela morava e assim que avistou o carro fez ao menos 15 disparos.

"Tive cabeça fraca. Me deixei levar pela emoção. Fiz o que fiz e me arrependi pela desgraça que causei para a família da juíza e minha família. Que se faça justiça comigo", afirmou Costa Júnior.

## Condenação

O Tribunal de Justiça do Paraná condenou a Serasa a pagar R\$ 15 mil, a título de dano moral, a uma pessoa cujo nome foi inscrito no cadastro de inadimplentes sem ter sido previamente comunicado.

## Justiça

A 3.<sup>a</sup> Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul garantiu aos delegados Renato Bastos Figueiroa e Danilo Zarlenga Crispin o direito de atuar no Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (Tigre). Decisão em primeira instância tinha proibido os dois de trabalharem na unidade, depois do confronto que terminou com a morte de um policial gaúcho, em dezembro do ano passado, em Gravataí (RS).

## Justiça anula ordem de despejo

A Justiça Federal anulou parcialmente a ordem de despejo para moradores do Jardim Planalto, no bairro Tranqueiras, que vivem há décadas em área de ocupação às margens da linha do trem. Liminar em ação movida pela América Latina Logística (ALL) determinava a desocupação voluntária das casas e, em caso de insucesso, autorizava o uso de força para retirar as famílias da área em disputa.

Na última sexta-feira (30/11), a juíza federal Sayonara Gonçalves da Silva Mattos concedeu 15 dias para os moradores apresentarem ampla defesa no processo e 5 dias para a ALL reapresentar uma delimitação mais fiel do terreno reivindicado, incluindo a especificação da faixa de domínio.

A nova decisão foi tomada após a Procuradoria do município de Almirante Tamandaré ouvir a reivindicação dos mo-

radores e pedir à Justiça Federal a suspensão da ordem de despejo e o adiamento do processo para dar tempo de cadastrar as famílias nos programas habitacionais.

05 DEZ 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PEDRO WASHINGTON

### QUE TEM!...

*Cabe a frase do personagem de Jô Soares: o resultado da sessão fechada no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, da qual emergiu a nova tabela de taxas a serem cobradas pelos cartórios, deu margem a preocupações dos deputados que precisarão aprová-las (ou não).*

### ...LOCO!

*Pelas manifestações iniciais do presidente Valdir Rossoni, que achou os aumentos propostos abusivos, do presidente da OAB-PR que já ameaça ação judicial contra o aumento e do deputado Stephanes Jr. que foi mais incisivo, "são índices altíssimos. Isso é um crime, uma barbaridade", já se percebe que o aumento proposto pelo TJ terá dificuldades na Assembleia.*

### EM CHOQUE

*Adiante, os valores propostos e respectivos aumentos: reconhecimento de firma pessoa jurídica: de R\$ 3,06 atual para R\$ 37,50 (1.125% de aumento); reconhecimento pessoa física: R\$ 3,06 para R\$ 4,20 (+ 37,25%); certidões judiciais: de R\$ 9,40 para R\$ 20,00 (112,76%); desarquivamento de processo: R\$ 9,40 para R\$ 25,00 (+ 165,95%); escritura de união estável: R\$ 88,83 para R\$ 293,00 (+ 229,84%); certidão matrícula imobiliária: R\$ 9,48 para R\$ 22,00 (132,06%) e Registro de emancipação de menor: R\$ 21,15 para R\$ 88,45% (+ 318,20%). Aumentos absurdos.*

05 DEZ 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Call center de operadora não pode ser terceirizado

O Tribunal Superior do Trabalho reafirmou, o entendimento de que a atividade de atendimento telefônico prestado aos consumidores — o chamado call center — está intimamente ligada à atividade-fim da Claro — empresa de telefonia —, motivo pelo qual é vedada a terceirização no setor.

A empresa recorreu à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais contra uma decisão da 3ª Tuma da Corte, que, ao analisar o caso, concluiu que a atividade prestada no call center está ligada à atividade-fim da empresa de telecomunicações, sendo vedada sua terceirização, com base na Súmula 331, I, do TST. Para os ministros, a terceirização nessa área acabaria por permitir que empresas do ramo de telecomunicações funcionassem sem a presença de empregados, mas apenas prestadores de serviços.

Com esse argumento, a Turma deu provimento ao recurso de uma empregada terceirizada, declarando a nulidade da contratação por empresa interposta e reconhecendo o vínculo de emprego diretamente com a Claro.

A empresa recorreu da decisão, por meio de Embargos de Declaração, mas por maioria de votos os ministros presentes à sessão da SDI-1 seguiram o voto do redator designado para o acórdão, ministro José Roberto Pimenta, que se manifestou pelo desprovimento do recurso de embargos apresentado pela Claro, mantendo a decisão da 3ª Turma.

05 DEZ 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

# Taxas de cartórios serão votadas só em 2013

**1 Deputados se posicionaram contra os reajustes decididos pelo TJ**

Os deputados estaduais do Paraná se posicionaram, em maioria, contra a votação do projeto do Tribunal de Justiça (TJ), para aumentar as tarifas pagas nos cartórios extrajudiciais. Para eles, esse projeto não deve ser votado pela Assembleia Legislativa em 2012.

Durante a sessão de ontem, o presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB) conversou com os jornalistas e disse que um projeto dessa magnitude necessitaria de, pelo menos, seis meses para ser apreciado. Para ele, é necessário haver audiências públicas, a fim de discutir com a população a majoração das taxas.

Na tarde de segunda-feira (2), os desembargadores do TJ aprovaram o envio de um projeto de lei para reajustar as taxas cobradas pelos cartórios. Alguns dos valores tiveram reajustes de mais de 1000%, como por exemplo a taxa para o reconhecimento de firma, que deve subir dos atuais R\$ 3,06 para R\$ 37,50.

05 DEZ 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

### PM acusado de matar juíza é condenado a 21 anos de prisão

O cabo da Polícia Militar do Rio de Janeiro Sergio Costa Júnior, réu confesso no processo da morte da juíza Patricia Acioli, foi condenado, ontem (4), a 21 de prisão por homicídio triplamente qualificado - motivo torpe, mediante emboscada e para ocultar crimes anteriores - e formação de quadrilha. Ele foi beneficiado pela delação premiada tendo sido reduzida a pena total em um terço. A magistrada foi morta em 2011, com 21 tiros, quando chegava em casa, em Piratininga, Niterói. Ela já havia condenado PMs.

05 DEZ 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Pedófilo consegue liminar para cursar medicina

Jovem estudava na UFBA quando foi condenado; universidade não quer que ele volte

Um aluno de medicina da UFBA (Universidade Federal da Bahia), que ficou detido três anos em um hospital psiquiátrico após ser condenado por pedofilia, conseguiu liminar da Justiça Federal para voltar aos estudos. A instituição não concorda com seu retorno.

Diogo Nogueira Moreira Lima, 25, estava no oitavo semestre do curso quando foi internado, em 2009, após ser condenado por abusar sexualmente de 12 garotos, em 2005. Ele foi considerado semi-imputável pela Justiça — sem consciência plena para responder por seus atos.

Em setembro deste ano, Lima deixou o Hospital de Custódia e Tratamento de Salvador. Um laudo técnico apontou que ele poderia retomar o “convívio social”.

Por ter ficado mais de dois semestres sem se matricular em nenhuma disciplina, já havia sido afastado da UFBA.

A família alegou à Justiça que informou a universidade sobre a internação do estudante e solicitou o trancamento da matrícula, mas não teve resposta.

A juíza federal Lilian da Costa Tourinho, da 16ª Vara Federal, determinou que a UFBA faça a matrícula do aluno para o primeiro semestre de 2013, para que o jovem não tenha “prejuízos irreparáveis”.

**“A ideia é punir o Diogo pelo resto da vida? Ele já cumpriu a sua pena. Mesmo solto, ele continua com acompanhamento psicológico e médico particulares**

LUÍZ AUGUSTO COUTINHO  
advogado de Diogo Lima

**Não me conformo em alguém querer tirar a oportunidade de o garoto querer aprender algo. Diogo já sofreu demais**

ERUNDINA MOREIRA  
tia de Diogo Lima

**“Não tenho nada pessoal contra ele. Mas é um tipo de crime com elevada reincidência. Não estou dizendo que irá acontecer, mas não podemos correr esse risco potencial**

JOSÉ TAVARES NETO  
professor da UFBA e ex-diretor da Faculdade de Medicina

**O problema é que ele tem um traço de personalidade que o torna incompatível para a medicina**

RICARDO MIRANDA  
pró-reitor de graduação da UFBA

“O problema é que ele tem um traço de personalidade que o torna incompatível para a medicina”, afirma o pró-reitor de graduação da instituição, Ricardo Miranda.

Ele estuda “medidas administrativas e até legais” para impedir a volta de Lima.

Miranda diz que não vê “condições” de o jovem participar do atendimento à população, “inclusive crianças”, sem oferecer riscos.

O colegiado do departamento de medicina também diz que vai recorrer e já lançou movimento contra o retorno de Lima, chegando a falar em “desobediência civil”.

A tia dele, Erundina Moreira, discorda da universidade: “Não me conformo em alguém querer tirar a oportunidade do garoto querer aprender algo. Diogo já sofreu demais.”

O advogado de Lima, Luiz Augusto Coutinho, disse que o cliente não tem condições de dar entrevistas e é vítima de preconceito. “Mesmo solto, ele continua com acompanhamento psicológico e médico. Esqueçam Diogo, deixem ele ser feliz”, disse.

05 DEZ 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## STF suspende júri de empresário acusado de matar Celso Daniel

Defesa alega que Sérgio Gomes da Silva não participou de interrogatório dos outros réus

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar suspendendo a ação penal contra Sérgio Gomes da Silva (Sombra), acusado de mandar matar o prefeito de Santo André Celso Daniel (PT).

A expectativa é de que o tribunal do júri acontecesse no Fórum de Itapeverica da Serra (Grande SP) no primeiro semestre de 2013.

A defesa do ex-segurança Gomes da Silva ingressou em novembro um habeas corpus pedindo a anulação do processo porque ele não participou do interrogatório dos outros réus entre 2002 e 2005. "Se o mérito da questão for aceita, anula todo o processo e os outros corréus deverão ser chamados", afirmou seu advogado, Roberto Podval.

Na liminar, o ministro afirma que "o interrogatório dos acusados insere-se na instrumentalidade própria à elucidação dos fatos, valendo notar a possibilidade de haver discordância nas defesas".

O mesmo pedido já havia sido feito ao Superior Tribunal de Justiça, mas a liminar foi negada pela ministra Laurita Vaz. Também lá o pedido principal não foi avaliado.

Marco Aurélio diz que sua decisão vale até que o STF ou o STJ julguem o mérito da questão. Acusado de contratar o grupo que matou o prefeito, Gomes da Silva aguarda o júri em liberdade. Os outros seis réus já foram condenados, com penas que variam de 18 a 24 anos de prisão.

O julgamento de Gomes da Silva ainda depende de decisão do STF sobre o poder de investigação do Ministério Público. A questão em tese já foi negada pelo STF: seis ministros votaram que não houve ilegalidade na apuração. A ação está parada à espera do voto do ministro Luiz Fux.

05 DEZ 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### **Policia militar é condenado a 21 anos por morte de juíza**

Sérgio Costa Júnior é 1º dos 11 réus a ser julgado

O cabo Sérgio Costa Júnior foi condenado ontem a 21 anos de prisão pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli, em 11 de agosto de 2011, em Niterói, região metropolitana do Rio.

Costa Jr., primeiro dos 11 PMs acusados do crime a ser julgado, teve seu processo desmembrado porque aceitou colaborar com a Justiça.

Por ter revelado informações que ajudaram a esclarecer o crime, o cabo foi beneficiado pela delação premiada, o que reduziu a pena de homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e para assegurar a impunidade de outros delitos) de 29 para 18 anos.

Os outros três anos da sentença foram por formação de quadrilha armada.

Ele disse que, no dia do crime, seguiu a juíza do Fórum de São Gonçalo até o condomínio em que ela morava e assim que avistou o carro fez ao menos 15 disparos.

“Tive cabeça fraca. Me deixei levar pela emoção. Fiz o que fiz e me arrependi pela desgraça que causei para a família da juíza e minha família. Que se faça justiça comigo.”

05 DEZ 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Lewandowski diz que vai propor revisão das multas a condenados

Ministro afirma que objetivo é tornar as punições monetárias proporcionais às penas de prisão

**Debate pode levar a nova controvérsia e atrasar desfecho do julgamento, que já dura mais de quatro meses**

Revisor do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Ricardo Lewandowski afirmou ontem que vai propor hoje uma reavaliação dos valores das multas aplicadas aos 25 condenados, o que pode gerar nova controvérsia e atrasar ainda mais o final do julgamento.

Para concluir o maior caso de sua história, que já dura mais de quatro meses, os ministros ainda precisam discutir se haverá perda automática do mandato dos três deputados condenados.

Além disso, vão definir se alguns crimes diferentes podem ser contabilizados apenas uma vez por supostamente terem o mesmo objetivo.

Se isso prevalecer, alguns réus, como o operador do esquema, Marcos Valério, poderão ter uma redução significativa em sua condenação. Segundo cálculos do ministro Marco Aurélio Mello, a pena do empresário mineiro reduziria de 40 anos para 30 anos de reclusão.

Por fim, o Supremo precisa analisar o pedido do Ministério Público de prisão imediata dos condenados.

## CÁLCULO

Lewandowski defendeu a adoção de um critério para evitar distorções nas multas. As sanções aplicadas somam R\$ 22,373 milhões, em valores ainda a ser corrigidos.

O ministro disse que vai apresentar aos colegas uma tabela propondo valores máximos e mínimos para as multas, proporcional à pena de prisão, mas não deu detalhes.

Uma das situações que chama a atenção dos ministros é a multa de Ramon Hollerbach, de R\$ 2,79 milhões, maior do que a de Valério, seu ex-sócio de R\$ 2,72 milhões.

O revisor ainda defendeu que os juizes de primeira instância fiquem responsáveis pela execução das penas dos condenados, mas afirmou que não vê problema se essa atribuição ficar com o relator Joaquim Barbosa, presidente do tribunal.

Nos bastidores do STF, ganha força a tese de que essa atribuição fique com o relator. Ela é defendida pelo decano da corte, Celso de Mello.

Na sessão de hoje, a expectativa dos ministros é que seja discutida a perda do mandato dos três deputados. Mas Barbosa ainda não havia informado ontem qual será o roteiro da reunião.

05 DEZ 2012  
FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE PEDRO ABRAMOVAY

## Falta de prática do Judiciário em condenar poderosos explica as dúvidas no mensalão

O processo do mensalão traz, a cada dia, uma nova dúvida. Uma parte considerável dessas dúvidas não vem de grandes debates doutrinários, mas da falta de prática que o Judiciário brasileiro tem na condenação de pessoas consideradas poderosas.

O STF nunca havia condenado à prisão alguém com foro privilegiado. Talvez isso explique que, poucos dias antes do fim de um julgamento que já dura mais de quatro meses, ainda haja dúvidas sobre quem vai ser o juiz responsável pela execução das penas dos condenados.

O regimento do STF afirma que as decisões devem ser executadas pelo relator do processo. Essa regra foi incluída no regimento em 2010. Quando essa mudança foi feita, incluiu-se um dispositivo que autoriza o relator a “delegar atos processuais não decisórios” a juízos de instâncias inferiores.

Não está em jogo somente a interpretação do regimento interno, mas também se o tribunal quer que a ação e as suas consequências públicas continuem sob sua batuta direta até o fim do cumprimento das penas ou se já é a hora de mudar de pauta.

O plenário vai decidir.

05 DEZ 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Em sua estreia no STF, Teori cumpre promessa de discrição

O mais novo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Teori Zavascki, estreou ontem na corte fazendo um pequeno tour pelo tribunal e agindo da forma como prometeu: discreta e com poucas palavras. Zavascki participou da segunda turma do STF, votando em "habeas corpus".

Antes da sessão, ele visitou as instalações com um assessor para conhecer atalhos para circular pelo prédio. Questionado por jornalistas, o ministro disse que não daria entrevistas e apenas desconversou sobre sua presença em plenário na sessão de hoje, na retomada do mensalão. "Não sei, vamos ver."

Teori adiantou, em sua única entrevista, que não vai participar da reta final do mensalão, mas apenas dos recursos que serão apresentados pelas defesas dos 25 condenados. A discrição foi uma dos critérios da presidente Dilma Rousseff para a indicação.

Empossado na semana passada, foi elogiado por colegas. O ministro Ricardo Lewandowski disse que Teori tem "larga experiência profissional na advocacia, na magistratura e, também, na academia, sendo autor de várias obras especializadas e artigos".

Teori disse que estava honrado em "dividir a mesa de trabalho com colegas tão eminentes" e "pessoas a quem admiro e que sempre foram guias intelectuais na minha atividade".

### PAINEL DO LEITOR

#### Luiz Fux

A entrevista concedida pelo ministro Luiz Fux à **Folha** ("Poder", 2/12) mostrou que ele é um juiz correto, que deixou de lado as pressões no julgamento do mensalão. Há, porém, um aspecto muito preocupante, revelado nessa entrevista, que diz respeito à romaria a que um candidato a ministro do STF tem de se submeter perante os políticos e amigos do poder para conseguir a indicação para o cargo.

Eu e certamente a grande maioria dos brasileiros jamais poderíamos imaginar que as coisas assim fossem. Implorar por apoios é algo que jamais deveria ocorrer a alguém que fosse ocupar cargo tão importante. Com isso, "data venia", passo a entender os votos de alguns ministros e ministras, que causaram estranheza no julgamento já citado.

ANTONIO CARLOS C. DE A. FRANCO (São Paulo, SP)

### PAINEL

**Camaradas 1** O PC do B foi o primeiro partido a se manifestar contra o julgamento do mensalão propondo a reforma do Judiciário. Em nota divulgada ontem, a sigla diz que o STF agiu de forma "eminentemente política, chegando a sentenças injustas e desproporcionais".

**Camaradas 2** O texto diz que o Supremo julgou com base na "teoria do domínio funcional do fato" e adotou a "supressão do ato de ofício" para condenar. No fim, conclama a união da esquerda "em defesa dos avanços econômico-sociais e da liderança do ex-presidente Lula".

05 DEZ 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Brasil melhora a sua posição em ranking de combate à corrupção

País sobe quatro pontos em ano de Lei de Acesso e condenação de políticos no julgamento do mensalão no Supremo

No ano do julgamento do mensalão e de eleições com a Lei da Ficha Limpa, o Brasil melhorou quatro posições no ranking de 176 países com menor percepção de corrupção no setor público e alcançou o 69º lugar. Os dados foram divulgados ontem pela ONG Transparência Internacional.

Neste ano, o topo do ranking foi compartilhado por Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia, com 90 pontos em uma escala de 0 a 100, em que 0 representa um país considerado por especialistas como muito corrupto e 100, muito limpo. Apesar dos avanços, como a Lei de Acesso à Informação e as recentes condenações de políticos, o Brasil obteve apenas 43 pontos no índice.

Pelo levantamento, o País faz parte do grupo de 117 Estados ou territórios com a avaliação menor do que 50. Na América Latina, o desempenho do Brasil ficou bem atrás do Chile e do Uruguai, que dividiram a 20ª posição no ranking, ambos com 72 pontos. Os dois países estão acima de Espanha, Portugal e França.

“Houve uma grande melhoria, mas creio que para um país tão importante em termos políticos e econômicos como o Brasil, que deveria servir de exemplo para a América Latina, é preciso fazer mais esforços”, afirma o diretor Regional para a América Latina da TI, Alejandro Salas.

De acordo com Salas, o Brasil está progredindo porque, diferentemente de outras nações, agiu simultaneamente na criação de leis que combatem a corrupção e no Judiciário reduzindo a impunidade. “O caso do mensalão é importante porque a Justiça está mostrando que aqueles que são poderosos e ricos também pagam”, diz ele.

Os gargalos de corrupção que ainda rebaixam o Brasil a níveis inferiores aos da República Dominicana e da Costa Rica, segundo Salas, estão na administração pública no interior do País. Outros dois problemas seriam a polícia e as licitações, principalmente às vésperas da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

A corrupção no Brasil, para Salas, é também uma questão de mentalidade. “Os brasileiros têm que entender que a corrupção não é só o dinheiro que roubam os políticos. Falta que os cidadãos, que muitas vezes são parte do problema, também sejam parte da solução”, afirma.

Em 2012, Afeganistão, Coreia do Norte e Somália dividem a última posição da lista (174ª). Segundo nota da TI, nesses países, que já estavam no final da classificação no resultado anterior, “faltam lideranças confiáveis.”

A ONG alerta que a metodologia do índice, que usa opiniões de analistas, empresários e investidores, varia ao longo dos anos e que não é possível fazer uma comparação de longo prazo.

**CONTINUA**



05 DEZ 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## STF inicia revisão de penas e multas do mensalão

Corte retoma julgamento hoje e avalia proposta para adequar punições; Barbosa se manifesta contrariado com pena de deputado Valdemar Costa Neto

### MENSALÃO

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Os ministros do Supremo Tribunal Federal poderão rever hoje penas fixadas ao longo das últimas semanas para os réus condenados no processo do mensalão. Na sessão plenária desta quarta-feira, eles deverão analisar propostas para adequar multas e penas de prisão. Um dos que poderá ter a sua punição revista é o deputado federal Valdemar Costa Neto (PR-SP), condenado a 7 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro e pagamento de multa de mais de R\$ 1 milhão.

Na semana passada, o relator da ação e presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, verbalizou o inconformismo em relação a essa pena, que deve ser cumprida no regime semiaberto. Se a punição fosse superior a 8 anos, ela deveria começar a ser executada no regime fechado. Para Barbosa, a pena imposta é “o absurdo dos absurdos”.

Os ministros também deverão reavaliar as multas fixadas para os condenados. O revisor do processo, Ricardo Lewan-

dowski, vai defender que para estabelecer essas punições sejam adotados os mesmos critérios utilizados para fixar as penas de prisão. “Acho que é preciso fazer adequação das multas no sentido das pessoas que estejam na mesma situação tenham as mesmas penas pecuniárias ou prisionais”, disse ontem.

Após a reavaliação das penas, a expectativa é de que os ministros do Supremo decidam os pedidos do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para que os réus sejam imediatamente presos e os que têm mandato deixem seus cargos logo depois de encerrado o julgamento.

Esses detalhes deverão render muita discussão no plenário. Para parte dos ministros, a decisão pode ser executada imediatamente. Mas outros entendem que primeiro devem ser julgados os prováveis recursos que os condenados protocolarão no STF.

Se a maioria dos ministros entender que é necessário esperar a análise dos recursos, o procurador-geral prevê que a decisão somente será executada em 2014 ou até depois disso.

**Execução.** Também terá de ser resolvido se o próprio relator e presidente do Supremo ficará responsável por acompanhar a execução das penas ou se

a tarefa será exercida por um juiz. Segundo Lewandowski, o relator tem esse poder, mas ele também pode delegar a função. “A execução tem que ser feita sempre de modo mais favorável ao réu”, opinou.

Lewandowski explicou que os réus estão em várias partes do País e que o juiz responsável pela execução terá de decidir sobre incidentes, como progressões de pena, imposição de sanções por cometimento de faltas, problemas de saúde e saídas temporárias.

“O juiz que está mais próximo àquele que está cumprindo a pena tem mais facilidade para conhecer esses detalhes, decidir mais prontamente. Mas nada impede que o relator o faça”, afirmou Lewandowski.

A conclusão do julgamento do processo do mensalão, que começou em 2 de agosto no Supremo Tribunal Federal, pode ocorrer nesta semana, na opinião de ministros da Corte. No entanto, se as discussões sobre mandatos, prisões e revisões de pena se prolongarem, o debate poderá ser estendido para a próxima semana.

A última sessão de julgamento do STF ocorrerá no dia 19. A partir do dia 20, a Corte entrará em recesso e o plenário somente voltará a se reunir em fevereiro.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Liminar barra julgamento de Sombra

05 DEZ 2012

Caso do acusado de ser o mandante do assassinato de Celso Daniel seria analisado no início de 2013

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu o processo criminal aberto contra o empresário Sérgio Gomes da Silva, conhecido como Sombra, apontado pelo Ministério Público de São Paulo como mandante do assassinato em 2002 do então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT). O júri que definiria se Sombra deve ou não ser condenado pelo crime estava previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2013. Mas, com a decisão, o júri deve ficar suspenso.

No despacho liminar assinado no último sábado, Marco Aurélio concordou com os argumentos do advogado criminalista Roberto Podval, defensor do empresário, segundo o qual a defesa de Sombra foi impedida de participar de interrogatórios de outros suspeitos de envolvimento com o crime.

A decisão do ministro terá validade até que o STF julgue o mérito do pedido de habeas corpus ou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) analise um requerimento semelhante.

Para Marco Aurélio, a defesa tinha o direito de participar dos interrogatórios. "O interrogatório dos acusados insere-se na instrumentalidade própria à elucidação dos fatos, valendo notar a possibilidade de haver discordância nas defesas", afirmou o ministro.

Segundo Marco Aurélio, o artigo 188 do Código de Processo Penal estabelece que os defensores podem questionar fato não bem esclarecido no interrogatório, formulando as perguntas correspondentes e pertinentes.

"Como se demonstrará, no decorrer da instrução processual, em ação penal na qual, indevidamente, se imputou ao paciente a responsabilidade intelectual de grave crime, ocorreu nulidade absoluta, consistente em declarado cerceamento de defesa do paciente. Isso porque o juízo da causa impediu a participação dos defensores do paciente em atos processuais de extrema importância", sustentou o criminalista Roberto Podval, em habeas corpus ao STF.

**Crime.** Celso Daniel foi sequestrado em janeiro de 2002. Seu corpo foi encontrado dois dias depois nas imediações do município de Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo. Quando foi sequestrado ele retornava de um jantar em São Paulo para Santo André. O então prefeito ocupava um carro blindado que era conduzido por Sombra e foi cercado por um grupo armado.

A Polícia concluiu que Celso Daniel foi vítima de criminosos comuns, mas o Ministério Público sustenta que o prefeito foi executado porque decidiu dar um fim em um esquema de corrupção que havia tomado parte de sua própria administração. O petista consentia com a arrecadação de propinas para o PT, mas quando descobriu que parte do dinheiro ilícito enriquecia algumas pessoas ele resolveu combater o esquema, segundo conclusão do Ministério Público.

Sete pessoas foram acusadas de envolvimento com o crime. Seis já foram condenadas. O único que ainda não foi julgado é Sombra, que era amigo e segurança de Celso Daniel.

Na mais recente condenação do grupo, em novembro, o Tribunal do Júri de Itapeverica impôs 20 anos de prisão a Itamar Messias Silva dos Santos. O júri aceitou a tese do Ministério Público segundo a qual o assassinato foi encomendado e que no crime foram utilizados recursos que impossibilitaram a defesa da vítima.

Antes já tinham sido condenados Elcyd Oliveira Brito (22 anos) Ivan Rodrigues da Silva (24 anos), José Edison da Silva (20 anos), Rodolfo dos Santos Oliveira (18 anos) e Marcos Bispo dos Santos (18 anos).

05 DEZ 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Policial pega 21 anos por morte de juíza

O primeiro dos 11 PMs acusados do assassinato da juíza Patricia Acioli, em Niterói, região metropolitana do Rio, foi condenado ontem a 21 anos de reclusão – 12 anos foram reduzidos da pena pela confissão do crime. A juíza trabalhava em São Gonçalo, cidade vizinha, e foi morta com 21 tiros, em 11 de agosto de 2011, ao chegar em casa. O julgamento do cabo Sérgio Costa Júnior ocorreu no 3.º Tribunal do Júri de Niterói.

Em seu interrogatório, que durou 1h30, o cabo pediu aos jurados que fizessem “justiça”. “Infelizmente tive cabeça fraca, me deixei levar pela emoção e fiz o que fiz. Mas desde o primeiro momento me arrependi com a desgraça que fiz com minha família e com a família dela (*Patricia*). Acredito muito na Justiça. Façam justiça comigo.”

Costa Júnior deu detalhes do motivo, do planejamento e da prática do assassinato. Segundo ele, o que determinou o crime foi a decretação, por Patricia, da prisão dele e de mais cinco PMs do Batalhão de São Gonçalo no processo que investigava a morte de Diego Belini, de 18 anos. “Havia rumores de que ou a juíza ia soltar os dois policiais presos ou ia decretar a prisão de nós seis. Quando ela assinou a prisão, foi a gota d’água.”

Outros três PMs desse batalhão estão presos. Eles serão julgados pelo mesmo crime em janeiro do próximo ano.

05 DEZ 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Delegados querem derrubar reforma da previdência

● A Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), que representa 15 mil delegados das polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal, impetrou ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal pedindo a anulação da emenda constitucional que resultou na última grande reforma da Previdência Social. Para a entidade, a reforma foi aprovada devido à compra de votos dos parlamentares, discutida durante o julgamento do mensalão pelo próprio STF.

“Pede a Adepol sejam suspensos integralmente os dispositivos da Emenda Constitucional nº 41/03, com as alterações dadas pela Emenda Constitucional nº 47/05 (...), todos com a nova redação promovida pelo art. 1º da Emenda Constitucional 41/03 (...), em razão de inequívoca inconstitucionalidade formal e material”, diz o documento. O autor do pedido é o vice-presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Wladimir Reale.

### SÔNIA RACY

● Depois de **Luiz Fux**, do STF, atacar de guitarrista, **Jorge Mussi**, do STJ, deu uma de... cantor. Durante encontro de magistrados catarinenses, no fim de semana, ele subiu ao palco e soltou o vozeirão. Canção escolhida? *Besame Mucho*.